

Entrevista com Carlos Brandão (Abaque): “Precisamos abrir o mercado para novas tecnologias”

FREIRE, Wagner. “Entrevista com Carlos Brandão (Abaque): ‘Precisamos abrir o mercado para novas tecnologias’”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 3 de maio de 2017.

Agência CanalEnergia: Para a Abaque, qual o aspecto mais urgente que precisa ser corrigido no atual modelo regulatório do setor elétrico brasileiro?

Carlos Brandão: O modelo regulatório brasileiro deve ser repensado no seu todo, de forma a obtermos uma moldura mais concisa e mais precisa, que permita novas oportunidades para o setor. O modelo regulatório, atualmente, abrange um tão vasto repertório de leis, decretos, normas e regulações que acaba criando buracos de oportunidades e judicialização sem fim. Adicionalmente, os conceitos tradicionais devem ser revisitados para dar oportunidade aos novos entrantes e dar vez ao consumidor, que cada dia se torna mais pressionado em termos de custos de energia e mais preso às amarras que o modelo impinge. Dentre alguns exemplos de amarras, podemos citar aquelas que inibem a geração distribuída, em função do questionamento de que a tarifa não remunera a distribuidora de forma correta. Penso que este assunto deveria ser prioridade, assim como promover o deslanche de GD, microgrid, etc.

É urgente para o sistema elétrico brasileiro acabar com barreiras a novos entrantes que podem ofertar soluções para o reaparelhamento e modernização setorial. Estimamos que o setor elétrico demande mais de R\$ 130 bilhões em reformas de linhas e redes o que é difícil imaginar acontecer. Somente novas tecnologias poderão promover qualidade, confiabilidade e redução de custos para o investidor. Entramos na era de que o consumidor pode ser um agente atuante nas demandas do setor elétrico.

Agência CanalEnergia: Quais as contribuições que as tecnologias de armazenamento de energia podem trazer para o setor elétrico brasileiro?

Carlos Brandão: Chegam à casa das centenas de milhões de reais, em dezenas de casos, as contribuições do armazenamento de energia. De certa forma elas direcionam expectativas de aplicação de armazenamento de energia dentro do setor elétrico brasileiro. Pelo que temos observado no Brasil, em nosso trabalho junto aos *stakeholders*, poderíamos resumir como sendo cinco as prioridades de agentes e consumidores:

- 1- Serviços ancilares para operação de transmissão, notadamente na integração com fontes renováveis intermitentes. Este item é urgente e fundamental para o Operador Nacional do Sistema, entre outros nas operações do Sistema Interligado Nacional.

2- Aplicação para atendimento de localidades isoladas, integrado com geração diesel, ou a substituindo completamente. Na maioria desses casos é necessária a integração de energia fotovoltaica ou eólica.

3- Formação de microgrids nos sistemas de distribuição, promovendo a melhoria da qualidade e continuidade do sistema e promovendo gestão de ponta de carga. Nesses casos, incluímos as noções clássicas de ilhamento de áreas para a melhoria de DEC.

4- Uso em instalações consumidoras, de qualquer porte, para melhoria da qualidade (e não só continuidade) como laboratórios, etc., onde oscilação, pequenas interrupções, etc. são inadmissíveis. Neste caso, o consumidor pretende fazer, também, gestão de ponta não só com baterias, mas com o armazenamento de frio/calor.

5- Uso em consumidores, em situação *off-grid*, para atendimento de cargas específicas ou não. Para isso existe uma demanda alta de sistemas integrados com energias renováveis de pequeno porte.

Agência CanalEnergia: Quais são os principais desafios para a expansão dessa tecnologia no país?

Carlos Brandão: Em um primeiro momento, o desafio foi fazer com que todos os agentes no Brasil entendessem que tais tecnologias eram já realidade. Passamos dois anos apresentando números de diversos países e promovendo visitas técnicas em muitos lugares. Um obstáculo inicial foi a cultura de que o Brasil de nada precisava: alegava-se que tínhamos muita água e que, portanto, usina reversível não se fazia necessária; que baterias era um sonho antigo, mas que não se aplicava ao Brasil, que tinha outros problemas. Mas, o impressionante, sempre foi a descrença de que o que se aplica lá fora, não se aplica aqui. Enquanto isso, o Chile desenvolvia grande número de projetos e muitas comunidades na África eram supridas com solar e bateria. Felizmente, depois da chamada 21 da Aneel, temos a impressão que o Brasil acordou para o fato de que a realidade do armazenamento pode ajudar em muito o sistema e reduzir o custo para o consumidor.

Os desafios, agora, estão em dois aspectos principais. O primeiro é dar acesso à informação para o consumidor: o que ele pode fazer, como migrar, comprar ou pagar. Neste aspecto, o mais importante é conscientizar o consumidor, que nem sempre está atento ou pagando consultoria para tal (mesmo porque, isso se aplica a pequenos consumidores também). E esta é uma realidade, pois as tecnologias estão sendo disponibilizadas para o consumidor que irá se integrar ao sistema elétrico. O segundo grande desafio é derrubar as limitações e barreiras para novos fornecedores de tecnologia, de forma a abrir o mercado e o setor elétrico para novos agentes e propostas. Não se trata de incentivos, mas da aplicação de regras justas, que permitam que estas tecnologias sejam reconhecidas pelos seus benefícios e, assim, sejam reconhecidas e remuneradas.

Agência CanalEnergia: Quais são as expectativas para o P&D sobre armazenamento de energia?

Carlos Brandão: As melhores possíveis. Se entendermos que tais projetos foram apresentados em um momento de crise política e econômica do país, com desconfianças enormes em relação à estabilidade e com grandes problemas dentro do próprio setor elétrico, os números não deixam dúvidas de que o armazenamento de energia se configura uma grande realidade. Dos 29 projetos apresentados, perfazendo um montante de R\$ 555 milhões, a Aneel aprovou, com ou sem recomendação, 23 projetos a serem desenvolvidos que somam R\$ 404 milhões. Deste montante, 55% é para investimentos em material permanente e cerca de 30% em recursos humanos, envolvendo, principalmente, universidades e centros de pesquisa. Isso é notável.

